



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

revista.afroasia@gmail.com

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Ferreira, Jackson

Por hoje se acaba a lida: suicídio escravo na Bahia (1850-1888)

Afro-Ásia, núm. 31, 2004, pp. 197-234

Universidade Federal da Bahia

Bahía, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77003106>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

**“POR HOJE SE ACABA A LIDA”:
SUICÍDIO ESCRAVO NA BAHIA (1850-1888)**

*Jackson Ferreira**

*E*m dezembro de 1845 e janeiro de 1846 os leitores do jornal *O Crepúsculo* tiveram a oportunidade de ler dois artigos que discutiam as prováveis causas do suicídio. O primeiro, de autoria do médico e diretor do periódico, Tiburtino Moreira Prates, foi escrito para contrapor-se à opinião do doutor Aranha Dantas, professor de patologia externa da Faculdade de Medicina da Bahia. Para este, na maioria das vezes, o suicídio era fruto da irreligiosidade crescente da população. Já Prates acreditava na tese de que o suicídio era causado quase que exclusivamente por fatores patológicos, mais especificamente pela alienação mental. Aranha Dantas escreveu uma réplica onde tecia longos comentários sobre a sua visão das causas do suicídio.¹ Entre as estratégias empregadas por ambos para provar a consistência de suas opiniões, estava a menção ao suicídio entre os escravos. Segundo Prates:

* Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia. Agradeço à CAPES pelo financiamento da pesquisa; aos membros da linha de pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade, do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA; e, pelas valiosas sugestões, a Ligia Bellini, Jaime Nascimento, Ricardo Henrique Behrens e Frederico Mondale de Borja, além dos pareceristas da *Afro-Ásia*.

¹ Arquivo Público do Estado da Bahia/APEB, Seção de Microfilmes, *O Crepúsculo*, 25/12/1845 e 10/01/1846. A querela entre Aranha Dantas e Moreira Prates teve início na Faculdade de Medicina da Bahia quando da defesa da tese *Considerações acerca da musica e sua influencia sobre o organismo*, de Sabino Olegário Ludgero de Pinho. Infelizmente não foi possível localizar esta tese, o que possibilitaria verificar quais os argumentos utilizados pelo referido doutor a ponto de provocar um debate público.

Se o Africano, arrojado em nossas plagas pelo braço tirano da cobiça, intenta acabar sua existência, é porque as saudades da pátria, os ferros opressores do cativo, e a esperança fanática de voltar ao lugar de seu nascimento, se conspiram contra sua inteligência já enfraquecida essa pela carência dos vigorantes socorros da civilização.²

Sobre esta idéia, Aranha Dantas afirma em seu artigo:

Ainda a loucura, para explicar a frequência dos suicídios nos africanos arrancados de seu país natal pela avareza a mais cruel, que se imaginar pode: eu explico isso, e muito melhor pela ignorância da religião. Se o africano não ignorasse até as primeiras verdades da religião de certo não procuraria descativar-se de seu mísero estado, cortando por suas mãos o fio da triste vida: conheceria que este mundo é um desterro, e esta [*sic*] aqui tudo é crisol ou castigo, recompensa ou precaução, e conformando-se com a vontade de Deus, resignando levaria a sua cruz.³

Apesar de se referirem apenas aos escravos africanos, os trechos acima ilustram a visão que os contemporâneos tinham sobre o suicídio escravo em geral. Saudade da pátria, ferros opressores do cativo, desejo de retornar à África, loucura e irreligiosidade em relação à fé católica, foram alguns dos motivos sugeridos para que os escravos dessem fim à própria vida. Discutir o suicídio como mecanismo de resistência e negociação utilizado por muitos escravos para obter sua liberdade ou alguma autonomia é o objetivo principal deste artigo. Para isso utilizaremos dados quantitativos e alguns relatos sobre suicídios de escravos praticados na província da Bahia na segunda metade do século XIX.

Apesar de explorado em diversas análises sobre a escravidão no Brasil, um debate mais aprofundado sobre o tema ainda está para ser realizado. Os estudos publicados consistem, no geral, em capítulos e subcapítulos de livros, e artigos em algumas revistas de circulação aca-

² APEB, Seção de Microfilmes, *O Crepúsculo*, 25/12/1845. Exceto quando indicado, a ortografia das citações serão atualizadas para facilitar a compreensão das mesmas.

³ APEB, Seção de Microfilmes, *O Crepúsculo*, 10/01/1846.

dêmica e não-acadêmica.⁴ Uma melhor compreensão do suicídio praticado pelos escravos se beneficia não apenas das novas discussões sobre a escravidão mas, também, dos estudos sobre temas correlatos, como as atitudes diante da morte, as concepções culturais africanas sobre suicídio e também pesquisas sobre este fenômeno entendido de forma mais ampla. Além de mapear diversos aspectos envolvendo o suicídio de escravos (lugar, método e motivo do ato; gênero, naturalidade, estatuto legal do suicida), o presente artigo busca compreender aquelas concepções culturais na Bahia durante a segunda metade do século XIX.

Na província da Bahia os africanos oriundos da África Ocidental constituíam a maioria dos cativos de origem africana durante a maior parte do século XIX. Baseada em 1.760 inventários dos bens de pessoas falecidas em Salvador, entre 1811 e 1888, Maria José Andrade contou 8.045 escravos, dos quais 4.618 (57,4%) eram nascidos na África. Entre estes, 78,4% vinha da costa ocidental, grosso modo o território que hoje compreende a Nigéria e a República do Benin (ex-Daomé).⁵ Essa concentração geográfica, porém, enfeixava alguma diversidade. Nagôs, jejes, haussás, minas, tapas, bornos, por exemplo, apenas para citar os mais conhecidos, eram identidades reconstruídas no Novo Mundo que, por sua vez, incluíam subgrupos freqüentemente hostis entre si.⁶

Na consulta a 228 maços policiais referentes a oito séries documentais e a fontes judiciais localizadas no Arquivo Público da Bahia, assim como na leitura de periódicos depositados na Biblioteca Pública

⁴ José Olimpio Goulart, *Da fuga ao suicídio: aspecto de rebeldia dos escravos no Brasil*, Rio de Janeiro, Conquista, INL, 1972; Renato Pinto Venâncio e Maria Célia da S. Lanna, “Banzo: desnutrição e morte do escravo”, *Revista Ciência Hoje*, nº 126 (1997), pp. 45-47. Venâncio publicou também um pequeno artigo chamado “A última fuga: suicídio de escravos no Rio de Janeiro (1870-1888)”, *LPH/Revista de História*, nº 1 (1990), pp. 80-89; Mary Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1800-1850*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pp. 397-438.

⁵ Maria José de Souza Andrade, *A mão-de-obra escrava em Salvador: 1811-1860*, São Paulo/Brasília, Corrupio/ CNPq, 1988, pp. 104, 195-198.

⁶ Maria Inês Cortes de Oliveira, “Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX”, *Revista da USP*, nº 28 (1995/96), pp. 174-193. Esta autora afirma ainda que entre os nagôs, por exemplo, havia distinções internas: os ijexás, os ijebus, os de Oyo, os de Keto, etc, p. 176. Ver também João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003, cap. 10.

da Bahia, localizamos, até o presente momento, 524 casos de tentativas e de suicídios consumados entre os anos de 1850 e 1888. Em 451 deles foi possível saber a condição social da vítima, sendo 210 (46,6%,) escravos, 211 (46,7%) livres e 30 (6,7%) libertos. A diferença entre livres e escravos é praticamente inexistente. Todavia, algumas ressalvas devem ser feitas em relação a tais dados. A primeira é a fragilidade das fontes policiais no período, fruto em grande parte da pouca eficiência em registrar as ocorrências. Isso foi levado em conta pelo chefe de polícia em 1852, quando do envio do seu relatório à Presidência da Província. Segundo ele,

a extensão da Província, a falta de correios, em alguns Municípios, e a morosa comunicação com as Comarcas longínquas, além do pouco zelo, e aptidão de muitos Funcionários públicos do interior da Província, e quase sempre a ausência de Juizes letrados em tais lugares, são, como já tive ocasião de ponderar, a causa de alguma demora na remessa à essa Secretaria de Estado de trabalhos estatísticos, como os que hora transmito, acrescentando também a necessidade muitas vezes de se devolverem à grandes distancias, trabalhos parciais, para serem reparados alguns, e notáveis faltas, que de certo poriam obstáculos á exata organização dos mapas gerais.⁷

A ocultação de casos de suicídios e principalmente de tentativas é outro ponto importante. Os livres ocultavam seus casos procurando evitar sanções morais e religiosas.⁸ Como exemplo, podemos citar a ação frustrada do coronel Raimundo Francisco de Macedo Magarão, morador da freguesia da Vitória, em Salvador, que em março de 1871 suicidou-se por envenenamento e tentou simular uma morte acidental por afogamento. Por azar de Magarão o frasco contendo láudano, que no dia anterior se encontrava em sua mesa de trabalho, foi encontrado na praia no mesmo

⁷ APEB, Colonial e Provincial, *Relatório para o presidente da província*, maço 5689, pp. 272.

⁸ João José Reis, *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991, pp. 192; e Georges Minois, *História do suicídio: a sociedade ocidental perante a morte voluntária*, Lisboa, Teorema, 1998, pp. 79-110.

local onde ele havia sido resgatado. A suspeita de suicídio foi confirmada pela autópsia.⁹ Apesar do coronel Magarão não ter logrado êxito no seu objetivo, é provável que outros suicidas o tivessem.

Uma terceira ressalva, já assinalada por Karasch, foi verificada nas consultas aos maços policiais.¹⁰ Esta se relaciona com os inúmeros casos de cadáveres boiando no mar ou arremessados às praias e registrados apenas como morte por afogamento, cujas únicas informações registradas eram a cor, a nacionalidade — neste caso se eram africanos ou não — e o sexo das vítimas.¹¹ Somado a isso, encontramos a possibilidade de alguns casos tidos por suicídios escravos terem sido tentativas bem sucedidas por parte dos senhores de escamotear assassinatos por severos castigos praticados. A morte do escravo Damião, com mais de 80 anos de idade, ocorrida em 1862 na localidade de Vila Nova da Rainha, serve como ilustração. A causa da morte de Damião foi em verdade o castigo que recebeu de seu senhor, Sinfrônio Simões Ferreira, após lhe ter dado algumas cacetadas. Segundo algumas testemunhas, após a surra, Damião estava tão debilitado que não podia ficar de pé. Por falta de tratamento as feridas gangrenaram, sendo possível retirar delas bichos. Logo na abertura do processo temos uma indicação de como agiam alguns senhores no intuito de simular o suicídio de seus escravos:

Constando que à força de bárbaros castigos aplicados por Sinfrônio Simões Ferreira, no preto escravo de nome Damião,

⁹ APEB, Colonial e Provincial, *Correspondência recebida de delegados*, maço 6208.

¹⁰ Karasch, *A vida dos escravos*, pp. 415.

¹¹ Nos maços policiais existem poucas indicações sobre que mecanismos foram usados para identificar a origem do cadáver. Provavelmente, nos casos de africanos, marcas étnicas foram um forte indício. Os trajes usados pelas vítimas abriam outras possibilidades de identificação. Foi o caso do suicídio por afogamento, ocorrido em novembro de 1864, na parte do dique que dava para a freguesia de Brotas. Segundo o subdelegado, o cadáver era de “uma mulher de altura gigantesca de camisa branca, anágua e duas saias, sendo a primeira de uma chita cor de ganga com flores roxas, a segunda era uma fazenda transparente, tinha mais atado na cintura um grande lenço branco e sobre estes dois lençóis, um de algodão entre-fino e outro de linho, por cima destes trazia um pano da costa novo de cor azul, tinha mais no punho esquerdo uma manilha de latão, além desta, trazia outra de ferro torcido, e atado em um cordel junto com uma pequena bolsa de mandim [mandinga?] que estava vazia, por tais sinais he de supor que a preta fosse africana.” APEB, Colonial e Provincial, *Correspondências recebidas de delegados*, maço 6199.

falecera este no dia 22 deste mês (abril) vítima de grande numero de açoites que sofrera, sendo que o ofensor *para arredar de si a culpabilidade de um tal crime fizera atar uma corda ao pescoço do infeliz para fazer crer que ele se enforcara*, quando é sabido que o mesmo preto a falta de tratamento nem se podia mover e que de seu corpo saiam grandes bichos.¹²

Mesmo com estas ressalvas, os dados estatísticos e os relatos sobre suicídios e tentativas aqui analisados são de grande utilidade para compor um quadro dos principais motivos que levaram dezenas de escravos ao suicídio.

É possível dividir os casos encontrados por regiões. Salvador, com 158 casos (75,7%), apresentou a maior quantidade de suicídios e tentativas. A segunda posição ficou com o conjunto das cidades da província, excetuando o Recôncavo, que unidas apresentam 27 ocorrências (12,9%). As cidades do Recôncavo ocupavam o terceiro lugar, com 24 (11,4%).¹³ Juntos, Salvador e o Recôncavo apresentam 182 registros, divididos em 86,8% e 13,2% respectivamente. A capital da província e as demais localidades em torno da Baía de Todos os Santos compunham a região de maior importância para a economia da Bahia, centrada no açúcar, durante toda a fase colonial e imperial. De colonização mais antiga e enraizada, nela localizava-se a maior concentração populacional da província, inclusive os escravos. Isso pode explicar em parte a maior quantidade de registros de suicídio nessa área.¹⁴ Levando em consideração os dados do censo de 1872, mesmo com todos os seus problemas, verificamos que há uma certa desproporção entre os números da população e de suicidas. Por este recenseamento, a população escrava do Recôncavo

¹² APEB, Judiciária, class. 18/624/04. Grifos meus.

¹³ Estão registrados como suicídios ocorridos no Recôncavo todos os casos localizados nas cidades da divisão geopolítica e jurídica dessa região. Na nossa amostra aparecem as seguintes localidades: Cachoeira, Santo Amaro, Itaparica, Maragogipe, Muritiba, São Felix, Abadia, Nazaré, Santo Antônio de Jesus, São Francisco do Conde, Pojuca e Jacuípe.

¹⁴ Sobre povoamento, economia e sociedade de Salvador e do Recôncavo, ver Stuart B. Schwartz, *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988; Thales de Azevedo, *Povoamento da cidade do Salvador, Bahia*, Editora Itapoã, 1969; e Kátia M. de Queirós Mattoso, *Bahia, século XIX; uma província no Império*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.

era muito superior à de Salvador, 58.448 (78%) e 16.468 (22%), respectivamente.¹⁵

Nossos dados estão de acordo com o que sugerem diversos autores, entre eles Kátia Mattoso, para quem os suicídios entre os escravos ocorriam mais nos centros urbanos do que nas zonas rurais.¹⁶ Foram encontrados para Salvador 393 suicídios e tentativas, em 336 dos quais a condição social da vítima foi especificada. Os escravos aparecem representados com 158 (47%), os libertos com 28 (8,4%) e os livres com 150 (44,6%). Para o Recôncavo foram registrados 61 casos e em 53 deles foi possível saber a condição social, sendo os escravos representados com 24 ocorrências (45,3%), os libertos com 2 (3,8%) e os livres com 27 casos (50,9%). Esses percentuais nos levam a perguntar por que os escravos urbanos, que segundo a historiografia tinham mais liberdade que os escravos rurais, tendiam mais a acabar com a própria vida? Por que o Recôncavo, onde se concentrava um maior número de cativos, apresenta um menor número de suicídio? Uma explicação que não pode ser desprezada é o maior trânsito de escravos em Salvador, centro comercial por excelência. Muitos escravos suicidas poderiam estar na capital da província exercendo suas atividades quando tomaram a decisão de acabar com a própria vida. Escravos de outras cidades da província que fugiam do domínio dos senhores, principalmente aqueles das vilas do Recôncavo, poderiam ter escolhido Salvador como esconderijo e, ao serem reconhecidos, preferiam se matar a retornar ao cativeiro. É o que indicam os doze casos de suicídios por captura ocorridos em Salvador. Ressaltamos porém que a maioria dos escravos que morreram na capital da província residia nela.

A tabela 1 fornece a distribuição dos suicídios nas freguesias de Salvador. Na segunda metade do Oitocentos, a capital da Bahia estava dividida em dezessete freguesias, sendo dez urbanas e sete suburbanas.¹⁷

¹⁵ Mattoso, *Bahia, século XIX*, pp. 82-99.

¹⁶ Kátia M. de Queirós Mattoso, *Ser escravo no Brasil*, 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 155.

¹⁷ Ver Anna Amélia do Nascimento, *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*, Salvador, FCEBAEGBA, 1986, p. 39. A freguesia dos Mares, desmembramento da freguesia da Penha, foi anexada a esta em nossos dados. Não foi ali registrado suicídio escravo, mas para os livres o foram dois. As freguesias suburbanas eram:

Na amostragem, 142 (90%) ocorreram nas freguesias urbanas, enquanto oito (5%) foram registrados para as suburbanas, e para o restante não foi possível determinar as freguesias. Tomando por base apenas os casos ocorridos nas freguesias urbanas, chegamos aos seguintes números:

Tabela 1
Suicídio por freguesia (1850-1888)

Freguesia										
Sto. Antonio	Conceição da Praia	Santana	Pilar	São Pedro	Sé	Vitória	Penha	Brotas	Passo	Total
29	26	20	16	16	11	8	8	5	3	142
20,4%	18,3%	14,1%	11,3%	11,3%	7,7%	5,6%	5,6%	3,5%	2,2%	100%

Fontes: Dados coletados nos maços policiais, judiciais e em jornais localizados na BPEB e no APEB.

Excetuando-se a Conceição da Praia, as cinco freguesias onde houve maior ocorrência de suicídios escravos eram também as mais povoadas, segundo o censo de 1872.¹⁸ Outra exceção foi a freguesia da Vitória que, apesar de estar à frente da do Pilar em termos de população, ficou bem atrás quanto à ocorrência de suicídios. A que podemos atribuir tal fato? Em primeiro lugar, devemos considerar as funções exercidas pelas freguesias na sociedade soteropolitana oitocentista. Enquanto a Vitória era eminentemente residencial, sendo considerada como local de moradia da elite baiana e abastados negociantes estrangeiros, a do Pilar e Conceição da Praia eram freguesias marcadamente comerciais. O trânsito de escravos pelas ruas dessas duas freguesias era intenso, de cativos das outras freguesias assim como daqueles do interior da província. Havia ali maior possibilidade de conflito, tanto entre senhores e escravos quanto entre estes últimos. Outro aspecto que

São Bartolomeu de Pirajá, N. S. da Conceição de Itapoã — outrora Santo Amaro de Ipitanga —, São Miguel de Cotegipe, Santana da Ilha de Maré, N. S. da Piedade do Matoim, N. S. da Encarnação do Passé e N. S. do Ó de Paripe. Os outros casos de suicídios escravos estão assim distribuídos nestas freguesias: três em Cotegipe, dois em Pirajá, dois em Paripe, um Itapoã, 98 casos não tiveram a freguesia determinada.

¹⁸ Mattoso, *Bahia, século XIX*, pp. 111.

não pode ser desprezado é a maior proximidade dessas duas áreas com o mar. Isso nos possibilita conjecturar que muitos escravos que optaram pelo suicídio por afogamento, seguindo talvez concepções culturais trazidas da África (ver adiante), procuravam estas duas freguesias, apesar de morarem alhures (ver tabela 2). Um exemplo é o suicídio de uma mucama, escrava do acadêmico Antonio Vicente Andrade que, segundo seu senhor, “sofia de alienação em certas fases da lua”. Ela residia na rua de Santo Antonio da Mouraria, freguesia de Santana, e seu corpo foi encontrado boiando em frente ao trapiche Barnabé, freguesia do Pilar, sendo a ocorrência registrada por esta subdelegacia.¹⁹ Isso quer dizer que o registro dos suicídios era feito a partir do local do ato, não da morada do ator.

Tabela 2
Suicídio por freguesia (1850-1888), por método

Método	Freguesia									
	Sto. Antonio	Conceição da Praia	Santana	Pilar	S. Pedro	Sé	Vitória	Penha	Brotas	Passo
Enforcamento	20	3	11	3	6	5	5	5	1	--
Envenenamento	5	2	2	--	2	2	--	--	--	--
Afogamento	1	8	5	9	2	--	2	3	2	--
Precipitação	--	11	--	2	3	2	--	--	--	3
Arma Branca*	3	2	1	1	2	2	--	--	2	--
Arma de Fogo	--	--	1	--	--	--	1	--	--	--
Total	29	26	20	15	15	11	8	8	5	3

Fontes: Dados coletados nos maços policiais, judiciais e em jornais localizados na BPEB e no APEB.

* Estão enquadrados como arma branca os casos de navalhada, facada e degolamento.

Para chegar a uma melhor compreensão da distribuição temporal dos suicídios, dividi a segunda metade do século XIX em quatro períodos, correspondendo a intervalos de dez anos entre 1850 e 1888, data da emancipação jurídica dos escravos.

¹⁹ APEB, Colonial e Provincial, *Correspondência recebida da secretaria da polícia*, maço 3139-43.

Tabela 3
Suicídio por década em Salvador

Condição Social do Suicida								
Década	Escravo		Livre		Liberto		Total	
1850-59	84	53,2%	31	20,7%	9	32,1%	124	36,9%
1860-69	57	36,1%	59	39,3%	6	21,4%	122	36,3%
1870-79	15	9,5%	31	20,7%	12	42,9%	58	17,3%
1880-88	2	1,3%	29	19,3%	1	3,6%	32	9,5%
Total	158	100%	150	100%	28	100%	336	100%

Fontes: Dados coletados nos maços policiais, judiciais e em jornais localizados na BPEB e no APEB.

Tabela 4
Suicídio por década na Bahia*

Condição Social do Suicida								
Década	Escravo		Livre		Liberto		Total	
1850-59	98	46,7%	37	17,5%	10	33,3%	145	34,2%
1860-69	83	39,5%	80	37,9%	6	20,0%	169	37,4%
1870-79	25	27,8%	52	24,6%	13	49,3%	90	20,0%
1880-88	4	1,9%	42	19,9%	1	3,3%	47	10,4%
Total	210	100%	211	100%	30	100%	451	100%

Fontes: Dados coletados nos maços policiais, judiciais e em jornais localizados na BPEB e no APEB.

* Incluindo Salvador

Enquanto os suicídios de escravos apresentam uma acentuada queda no decorrer do período, os dos livres apresentam oscilações nas diferentes décadas. O declínio parece estar associado à queda do número de escravos no conjunto da população. De acordo com o censo de 1855, a população escrava em Salvador estava estimada em 27,46% do total dos habitantes, no recenseamento de 1872 este setor da população passa a representar apenas 11,6%.²⁰ João José Reis acredita que a população escrava de toda a província diminuiu de 165.403 para 76.838

²⁰ Sobre este assunto ver Mattoso, *Bahia, século XIX*, pp. 100-114; Andrade, *A mão-de-obra escrava*, p. 27; e Nascimento, *Dez freguesias*, p. 97.

entre os anos de 1874 a 1887, e que o desmonte do regime escravista foi mais forte em Salvador do que no interior da província. Dessa forma, o número de escravos na capital giraria em torno de três a quatro mil cativos em 1887, véspera da abolição.²¹ Ainda assim, não devemos esquecer que o número de escravos na Bahia na década de 1870, principalmente nas áreas rurais, não era nada modesto, representando o terceiro maior do Império e o primeiro no Nordeste, compreendendo 34,2% dos escravos da região.²²

Esse declínio da mão-de-obra escrava se reflete no número de suicídios escravos ocorridos em Salvador entre 1850 e 1859, 84 casos, enquanto para o decênio 1870-79 apenas quinze foram registrados. A diminuição no número de escravos e, conseqüentemente, de suicídio se deve não somente ao fim do tráfico transatlântico, mas a outros fatores, como o tráfico interprovincial, que conduziu centenas de braços cativos para as províncias do centro-sul.²³ Outros pontos a serem observados no declínio da população escrava são a acentuada taxa de mortalidade, decorrente das péssimas condições de trabalho e vida, e as várias epidemias que assolaram a província durante a segunda metade do Oitocentos, principalmente a de febre amarela e a de cólera-morbus, esta em 1855-56.²⁴ Tais epidemias dizimaram também pessoas livres, todavia há de se levar em conta que, diferentemente destas, os escravos

²¹ João José Reis, “De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição”, *Afro-Ásia*, nº 24 (2000), p. 201.

²² B. J. Barickman, “Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1888)”, *Afro-Ásia*, nº 21-22 (1988-1999), pp. 177-238. Barickman afirma que 46 dos 58 municípios fora do Recôncavo possuíam cerca de 36% dos escravos, sendo áreas que não produziam açúcar.

²³ Richard Graham acredita que nos primeiros anos do tráfico interprovincial a transferência dos escravos urbanos para o Rio de Janeiro, a Corte e São Paulo superava a dos escravos rurais: “alguns dados para a província da Bahia, relativos a 1854, por exemplo, demonstram que 60% dos escravos exportados desta província vinham das vilas e cidades”. Richard Graham, “Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil”, *Afro-Ásia*, nº 27 (2002), pp. 121-160.

²⁴ Tomando por base 580 óbitos causados pela epidemia de cólera para quatro paróquias de Salvador, Onildo Reis David mostra que os escravos representam 188 casos, 32,4%. David afirma, ainda, que “Fora de Salvador, a epidemia também exterminou muitos cativos. Falando especificamente dos escravos da região do Recôncavo, Wanderley Pinho afirma ter sido principalmente na população negra que ‘a peste fez mais fortes estragos’”. Onildo Reis David, *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*, Salvador, EDUFBA/Sarah Letras, 1996, pp. 134-136.

apresentavam uma baixa taxa de natalidade. Acrescente-se um maior número de alforrias para o final do século, o que reduziu ainda mais o número dos escravos.

Observando a tabela 4, que se refere aos casos ocorridos em toda província, incluindo os da capital, confirma-se o declínio nos suicídios escravos, porém com uma queda menos acentuada quando comparada com o ocorrido em Salvador. A diferença certamente se deve a um declínio menos acentuado da população escrava rural. Se admitirmos que parte dos suicídios representava uma fuga do cativeiro, quanto menos escravos menos suicídio, obviamente.

Mas isso nos remete aos objetivos buscados no suicídio. Buscavam os escravos realmente a morte ou uma outra vida que não fosse aquela de infortúnios e incertezas? Para tentar responder esta e outras questões, faz-se necessário analisar os motivos desses suicidas.

Os motivos alegados para os suicídios e tentativas, colhidos pelas autoridades competentes nas informações de terceiros, ou das próprias vítimas, dão boas pistas sobre o que estava por detrás de dezenas daqueles atos. Em 87 dos 210 casos de suicídios e/ou tentativas foi possível se chegar ao provável ou verdadeiro motivo, o que possibilitou dividi-los em oito variáveis, como pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 5-A
Motivos alegados para o suicídio, segundo o sexo

Sexo	Motivo								Total
	Alienação	Captura	Castigo	Crime	Venda	Amoroso	Saúde	Particular	
M	18	15	9	12	5	6	3	1	69
	26,1%	21,7%	13,0%	17,4%	7,2%	8,7%	4,3%	1,4%	100%
F	4	6	7	--	1	--	--	--	18
	22,2%	33,3%	38,9%	--	5,6%	--	--	--	100%
Total	22	21	16	12	6	6	3	1	87
	25,3%	24,2%	18,4%	13,8%	6,9%	6,9%	3,4%	1,1%	100%

Fontes: Dados coletados nos maços policiais, judiciais e em jornais localizados na BPEB e no APEB.

Tabela 5-B
Motivos alegados para o suicídio, segundo o sexo

Sexo	Motivo								Total
	Alienação	Captura	Castigo	Crime	Venda	Amoroso	Saúde	Particular	
	18	15	9	12	5	6	3	1	69
M	81,8%	71,4%	56,2%	100%	83,3%	100%	100%	100%	79,3%
	4	6	7	--	1	--	--	--	18
F	18,2%	28,6%	43,8%	--	16,7%	--	--	--	20,7%
Total	22	21	16	12	6	6	3	1	87
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fontes: Dados coletados nos maços policiais, judiciais e em jornais localizados na BPEB e no APEB.

Muitos suicídios podiam estar relacionados a mais de um motivo, entretanto, optamos por classificá-los de acordo com aquele que predomina nas fontes. Dessa maneira, questões amorosas seguidas por crime contra terceiros ficaram registradas entre os suicídios “amorosos”; ameaças de castigos por desobediência ou furto, em que escravos fugiram para não verem as ameaças concretizadas, foram registradas como “Castigo”, e assim por diante. Em “Alienação” estão os casos onde aparecem expressões do tipo “alienação mental”, “loucura”, “desarranjo ou distúrbios mentais”, “monomania”, “mania”, entre outras. Foram considerados na categoria “Crime” os casos de assassinatos, agressões físicas e furtos protagonizados por escravos que, com o suicídio, tentavam escapar das penas e castigos equivalentes. O desespero para escapar das sentenças estabelecidas pelo código penal imperial, que iam desde a prisão com regime de trabalho forçado e galés, até a pena de morte, explicam, em parte, a relação entre alguns crimes e o suicídio.²⁵ Neste sentido, o caso do escravo africano Eduardo, ocorrido em 4 de abril de 1851, é exemplar. Eduardo, no ato de ser conduzido por uma escolta da Casa de Correção para a cidade de Santo Amaro, onde cumpria sua pena de morte, lançou mão de uma navalha e degolou-se, expirando momentos depois. A polícia não soube dizer como a arma

²⁵ Ver Francisco Luiz, *Código Criminal do Império do Brasil: theorica e praticamente anotado*, Maceió, Typographia de T. de Menezes, 1885, pp. 89-142.

tinha chegado às mãos do condenado, mas deixou claro que através do suicídio Eduardo “se subtraiu ao cumprimento da pena, em que incorreu, e lhe fora imposta pela justiça.” Infelizmente não foi possível saber qual o delito cometido por este africano.²⁶

Entre as razões alegadas para o suicídio, captura após fuga, castigo e ameaça de venda são as que parecem estar mais relacionadas com a condição do cativo. Elas aparecem ligadas entre si, em alguns casos. Os motivos para fugir podiam ser severos e/ou constantes castigos, assim como a venda indesejada pelo escravo. Somando-se as três categorias verificamos que quase metade dos suicídios escravos teve relação direta com a escravidão. Acrescentamos a esta primeira conclusão mais alguns dados. Em primeiro lugar, devemos chamar a atenção para o fato de que muitos dos casos de alienação mental podem ter sido fruto das condições de cativo. Além disso, concordamos com Reis e outros autores para os quais a alienação muitas vezes era utilizada como um argumento para escapar de sanções morais e religiosas. Essa estratégia pode ter sido utilizada pelos senhores do africano José e do crioulo João, ambos suicidas, visando lhes dar um funeral cristão.²⁷ Outra hipótese é que, ao utilizar o argumento da loucura para o suicídio escravo, alguns senhores pretendessem desqualificar o ato perante a comunidade cativa à qual pertencia a vítima, buscando dessa forma evitar novas ocorrências.

Seis entre os escravos tiveram como motivo alegado questões relacionadas à venda. Apesar da difícil (re)constituição familiar entre os cativos, era comum a criação de laços familiares e certamente de amizades dentro do cativo. O corte através da venda destes laços podia dificultar ainda mais a situação de muitos escravos.²⁸ Assim, face à ameaça de separação e na tentativa de contê-la, alguns escravos utilizaram o suicídio como última alternativa. Foi o caso do africano José que, em 1860, na freguesia de Cotegipe, após ser vendido para um novo

²⁶ APEB, Colonial e Provincial, *Relatório para o Presidente da Província*, maço 5689.

²⁷ Reis, *A morte é uma festa*, p. 193.

²⁸ Sobre família escrava, ver Isabel Cristina Ferreira dos Reis, *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*, Salvador, Centro de Estudos Baianos, 2001. Ver também o artigo de Oliveira, “Viver e morrer”, pp. 174-193.

senhor, cometeu suicídio por envenenamento.²⁹ Um dos casos mais interessantes quanto a este aspecto foi o suicídio do escravo crioulo Timóteo, que comentarei mais adiante.

Os suicídios motivados por captura e castigo foram aqueles que melhor documentaram as tentativas dos escravos de conseguir a tão sonhada liberdade. Em 1864, em Salvador, a africana Camila, 30 anos, escrava de um casal de africanos libertos por nome Domingos e Guilhermina, moradores da rua do Cais Dourado, freguesia do Pilar, tentou se afogar com seu filho Marcos, de cinco meses, na parte do dique que dava para a freguesia de Santana. Salvos por transeuntes, foram levados à presença do subdelegado da referida freguesia, onde Camila declarou que tomara aquela decisão para se ver livre dos seus senhores, que os maltratavam e exigiam dela serviços que não podia realizar. Chamados à delegacia e com medo de perder a escrava e sua cria, que talvez tivessem comprado após anos de trabalho como escravos e depois como libertos, seus senhores resolveram, após conselho do subdelegado, colocá-los à venda. Mãe e filho foram mandados para a casa de correção e infelizmente ainda não foi possível saber o destino deles.³⁰ Talvez Camila não pretendesse realmente se matar, mas apenas trocar de senhor ou obter melhor tratamento, ou ainda alguma autonomia dentro do cativeiro.³¹ Esse foi o caso do escravo africano Luiz, que em 1854 fugiu do poder do senhor, que residia na cidade de Santo Amaro, um importante centro açucareiro, sendo capturado em Salvador, na freguesia de Santo Antônio. Ao ser inquirido, Luiz informou ao delegado que tomara tal decisão porque seu senhor não o queria vender, e que caso fosse obrigado a retornar às suas mãos, se enforcaria. Apesar de não ser possível saber se Luiz obteve êxito no seu objetivo, fica claro, a partir de sua ameaça, que alguns escravos, ao tentar ou ameaçar suicídio, estavam se utilizando do fato de se constituírem um bem valioso.³²

²⁹ APEB, Colonial e Provincial, *Correspondência da Secretaria da Polícia da Bahia*, maço 3139-21.

³⁰ APEB, Colonial e Provincial, *Correspondência recebida de delegados*, maço 6199.

³¹ Sobre este assunto, ver Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade: uma história dos últimos anos da escravidão na Corte*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

³² APEB, Colonial e Provincial, *Correspondência recebida de subdelegados*, maço 6231.

Em 1862, na cidade de Santo Amaro, ocorreu um dos mais trágicos casos de suicídio envolvendo escravos, pois foi acompanhado do assassinato de cinco crianças. A razão foi também a captura. O jornal *Diário da Bahia* assim relatou o fato

Recebemos do *Libador* de Stº Amaro de 21 do corrente.

Lê-se nesta folha:

Que barbaridade! em um desses últimos dias apareceram em um tanque do engenho Preguiça, propriedade do sr. Comendador Paranhos seis cadáveres, cinco dos quais se achavam amarrados. Referem-nos que eram mãe e filhos, e contam-nos o fato pela maneira seguinte: essa preta homiziara-se no engenho Brejo, quando propriedade do capitão José Francisco de Pinho, aí passando sempre por forra, tivera esses filhos. Agora, porém, chegando ao seu conhecimento, que o senhor fora sabedor de achar-se ela ali, e que de certo a viria buscar, não querendo mais sujeitar-se ao cativoiro, manietara os filhos e os lançara a afogar no tanque, e depois se atirara também. Acrescentam que a preta tivera cúmplice no seu horrível atentado, visto como os filhos já tinham idade e forças para resistir a esse ato contra suas existências. A polícia tendo notícia de semelhante acontecimento, para lá seguiu a proceder a corpo de delito, cujo resultado ainda ignoramos!³³

Estas informações se complementam com o relatório do delegado em exercício Luiz Rocha Neves, encontrado nos maços policiais. De acordo com esse documento, a preta vivia como forra há mais de 25 anos, período em que teve os seus filhos cabras. A morte do senhor que os protegia desencadeou a perseguição por parte do seu verdadeiro proprietário, para reaver não somente a peça que havia perdido anos atrás, mas também suas cinco crias, já que a posse de seis escravos naquele período de tráfico interprovincial seria como acertar na loteria. Capturados e recolhidos à cadeia daquela cidade, foram liberados pelo juiz da região, indo morar em outro engenho, onde continuaram a ser perseguidos pelo senhor. Vendo o retorno ao cativoiro como certo, a mulher

³³ IGHB, *Diário da Bahia*, 27/06/1862. Este caso foi discutido também por Reis, *Histórias de vida familiar*, pp. 109-110, de onde a indicação da fonte foi extraída.

resolveu amarrar seus cinco filhos, atirá-los às águas e segui-los. Devido ao adiantado estado de putrefação, seus corpos foram enterrados nas margens da mesma lagoa.³⁴ Se as informações levantadas pelo delegado estiverem corretas, a escrava teria escapado do poder de seu verdadeiro senhor durante a segunda metade da década de 1830. A notícia do *Diário da Bahia* levanta a suspeita de que ela teria sido ajudada por alguém, talvez o pai das crianças. A cumplicidade afetiva podia motivar atos extremos para evitar a reescravização.

Relações afetivas e captura também estiveram ligadas à tentativa de suicídio da cabra Alexandrina, escrava de Paulo Theotônio Marques, ocorrida em setembro de 1871. Alexandrina fugiu do poder do seu senhor, passando a viver com seu amásio Vicente, crioulo e canoeiro. No momento da captura, a escrava se encontrava escondida na casa de Vicente e, antes da entrada da polícia que tentava arrombar a porta, tomou uma porção de solimão.³⁵ Alexandrina informou que tomara essa decisão porque seu amásio “lhe recomendara que assim que se visse obrigada a voltar à casa de seu senhor o tomasse [o veneno], porque era melhor morrer do que ir para a cadeia levar chicotadas e outros castigos”.³⁶ Algo semelhante ocorreu com a africana Maria, ganhadeira, maior de trinta anos, em dezembro de 1864, na freguesia de Santo Antônio. Maria também fugiu do poder do senhor e estava acoitada há cerca de três anos em uma roça onde moravam os escravos de João Simão. No ato de captura, trancara-se em casa, tomara uma boa dose de veneno e, antes da falecer, informou que “se tinha envenenado por seu gosto porque não queria mais viver por não aturar o mau tratamento que lhe dava seu senhor”.³⁷ A cumplicidade para obter a liberdade esteve presente também no suicídio do escravo Alberto, em 1854, no termo de Carinhonha, interior da Bahia. Alberto foi preso para mostrar a localização de um quilombo, onde se encontrava seu irmão. Não preten-

³⁴ APEB, Colonial e Provincial, *Correspondência da secretaria da polícia da Bahia*, maço 3139-26.

³⁵ Solimão é o nome popular de sublimado corrosivo, mas também significa qualquer porção de veneno. Esta última acepção é a mais provável nos casos de suicídios oitocentistas.

³⁶ APEB, Colonial e Provincial, *Correspondência recebida de delegados*, maço 6208.

³⁷ APEB, Colonial e Provincial, *Correspondência recebida de delegados*, maço 6199.

dendo delatar seus companheiros, mas vendo-se obrigado a fazê-lo, talvez por ameaças de castigos ou mesmo sua efetivação, golpeou-se com uma faca, o que resultou em sua morte e em um tempo maior de liberdade para os seus companheiros.³⁸

Libertar-se de castigos por meio do suicídio era freqüente entre os escravos: 18,4% dos casos da nossa amostra foram motivados por essa situação. Apesar do excesso de castigos ser, algumas vezes, coibido por parte das autoridades públicas, o castigo “justo” era permitido. Todavia, o conceito de justo variou com o tempo e esteve sempre dependente do grau de influência dos senhores junto aos poderes públicos e dois próprios escravos.³⁹ Segundo Antonil, não castigar os escravos pelos excessos que cometessem era um erro, como também constituíam erro as punições exageradas. Uma das consequências dos castigos vingativos era o suicídio, já escrevia Antonil no início do século XVIII.⁴⁰ Alguns castigos motivaram assassinatos dos ofensores e foram acompanhados de suicídios. Em julho de 1850, na vila de Feira de Santana, o escravo africano Pedro, propriedade de Joaquim Malaquias Leite, achando-se acorrentado por desobediência, aproveitou-se de uma enxada que tinha em mãos e com ela agrediu seu senhor, que caiu quase desfalecido, morrendo duas horas depois. Pedro também feriu mortalmente seu companheiro cabra, que pretendeu socorrer o dito senhor. Logo após empregou um golpe fatal sobre o próprio abdome, morrendo imediatamente.⁴¹

Mas o suicídio não esteve sempre ligado à intensidade dos açoites e das penas corretivas, como parece ter acontecido com Pedro e mais especificamente com a africana Maria, citados anteriormente. Diferente foi o caso de Ludivina, nação nagô, escrava do também africano Elias Francisco de Seixas, morador na freguesia de Santo Antônio, que em 1854 ameaçou castigá-la por causa do furto de uma galinha. Com medo, Ludivina, quiçá já castigada outras vezes, resolveu fugir, sendo

³⁸ APEB, Colonial e Provincial, *Polícia (Assunto)*, maço 6186.

³⁹ Sobre castigo e violência no cativo, ver Silvia H. Lara, *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

⁴⁰ André João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil*, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1970, p. 163.

⁴¹ APEB, Colonial e Provincial, *Correspondência recebida da polícia*, maço 3139-12.

encontrada dias depois dentro de um tanque em uma fábrica de pólvora pertencente a Joaquim Antônio Correia.⁴² O mesmo ocorreu com Elisa, parda de dezenove anos de idade, escrava doméstica que, com medo de que sua senhora “mandasse desmanchar” a costura que estava fazendo, certamente humilhando-a e fazendo-a perder muitos dias de árduo trabalho, precipitou-se do segundo andar da casa do coronel Francisco Ferreira Vianna Bandeira, provavelmente esposo da sua senhora. De certo o medo de Elisa se justificava pelos castigos que lhe eram administrados, mesmo tendo o subdelegado da freguesia de São Pedro informado que não havia encontrado sinais de “servícias recentes”.⁴³

Muitos escravos tentaram obter a liberdade antes de optarem pelo suicídio, tentaram até mesmo comprar a alforria, como foi o caso do pardo Florêncio José de Souza, maior de 23 anos, morador da Rua de Santa Bárbara, freguesia da Conceição da Praia, filho legítimo da crioula Rita, que estava preso na cadeia do Aljube quando tentou suicídio por envenenamento, em 23 de setembro de 1861. Florêncio, que já havia sido preso nove meses antes por causa de uma questão com uma mulher, declarou viver por si e ser escravo de Antonio Ferreira d’Almeida Basto e que por mando deste tinha retornado à cadeia. Respondeu também que tinha dado 755\$500 réis a Antonio pela sua liberdade, e que este tinha mandado prendê-lo, por motivo que não sabia informar, e lhe dar 35 chicotadas, razão pela qual tentou contra a própria vida. Florêncio foi levado ao hospital da Santa Casa da Misericórdia e escapou com vida.⁴⁴ O único caso em que o escravo não quis informar os reais motivos, declarando apenas que se referiam a questões particulares, foi o doméstico João Alberto, de quatorze anos de idade, ocorrido em outubro de 1864, na freguesia do Vitória. João Alberto declarou que o motivo que o levou a atentar contra a vida com um tiro de pistola dizia respeito a uma questão que tivera com um crioulinho de sua idade, escravo do comerciante Luiz Pereira Rocha, morador na mesma freguesia.⁴⁵

⁴² APEB, Colonial e Provincial, *Correspondência recebida de subdelegados*, maço 6231.

⁴³ APEB, Colonial e Provincial, *Correspondência recebida de delegados*, maço 6206.

⁴⁴ APEB, Colonial e Provincial, *Correspondência recebida de subdelegados*, maço 6233.

⁴⁵ APEB, Colonial e Provincial, *Corpo de polícia*, maço 3139-28.

Não apenas os livres se envolviam em questões amorosas. Apesar do cativo, os escravos encontravam tempo para amar. Francisco, pardo, músico, escravo de Raimunda Porcina de Jesus, moradora na freguesia de Santana, pôs fim à própria vida, em 18 de maio de 1869, por essa razão. Escravo obediente e querido por seus companheiros, Francisco foi com eles tocar em uma festa no Desterro, onde todos brincaram e se divertiram muito até as onze horas da noite. Ao retornar a casa, tomaram café e alguns foram dormir. A alegria parecia ser um disfarce, pois Francisco se enforcou naquela mesma noite. Antônio Caetano de Mello, também escravo e músico, informou, no interrogatório, que não sabia qual o motivo daquela tragédia, mas que ouvira dizer que era por causa de uma paixão amorosa.⁴⁶

Em outros dois casos de suicídio podemos verificar como as vítimas consideravam o suicídio a última alternativa para a obtenção da liberdade. O primeiro é o suicídio ocorrido em 1861, de Timóteo, mulato de dezoito para vinte anos de idade, pertencente à viúva D. Clara Joana Rosa dos Santos, moradora na freguesia de Santana, na cidade de Salvador, e que foi motivado por questões relacionadas à venda.⁴⁷ O segundo é o de João, pardo, escravo do alferes José Pereira de Souza, ocorrido em 1864, na cidade de Camamu.⁴⁸ Ambos os escravos mataram-se com armas de fogo e revelam algumas características das relações senhor-escravo na sociedade baiana oitocentista.

Os documentos encontrados sobre o suicídio de Timóteo mostram que ele fora criado e educado na casa de seus senhores com certa autonomia e confiança, pois sabia ler e escrever, a ponto de deixar uma carta, cujo conteúdo vemos logo abaixo:⁴⁹

Perdão

A muito tempo que tenho dezejo de não existir pois a vida me hé abborrecida porem não existindo não será mais, pois quem pode viver sem ter desgostos que vá vivendo.

⁴⁶ APEB, Colonial e Provincial, *Correspondência recebida de subdelegados*, maço 6239.

⁴⁷ APEB, Colonial e Provincial, *Correspondência recebida de subdelegados*, maço 6234.

⁴⁸ APEB, Colonial e Provincial, *Correspondência recebida de delegados*, maço 6199.

⁴⁹ Neste caso decidi manter a grafia original do documento.

A Jaia (*sic*) Pombinha e a toda família d'ella sou muito grato por isso pesso pelo amor de Deos, Perdão, [Iligíve] sendo que com esta vez, hé a ultima(*sic*) que eu tenho tentado contra minha existência porem quem não quer viver nem deve tomar vidro, e nem sollimão pois só são lentos a quem tem amor a vida. Muito addemirava me não receiar se com o meo gênio, tentamos (*sic*) fazer um acerto para mim pois não acho doidice n'esta proceder.

Não há tempo a perder!!!!

Poz-me preciso declarar = que nem foi eu, e nem sabedor daquella infaime papel, e n'elle achava-se inocente. Se faço esta declaração é para livrar que vão ao Inferno, estas almas que despertarão suas conciencias !...

Não persuadão-se que eu fiz, digo: que cometi este attentado, por temêr o que estava-se fazendo; pois para passar melhor, não havia que temêr: as rasões são outras, pois a sepultura será sabedora, e não este infaime lugar, digo: e não esta terra de vivos.

A partir da investigação do subdelegado da freguesia, somos informados de que Timóteo tinha tomado tal resolução pelo fato de não querer ser vendido em praça pública, o que poderia acarretar transferência para outro lugar. Ao que parece ele teria tentado negociar com sua senhora para impedir que tal fato acontecesse, e não obtendo sucesso resolveu recorrer ao suicídio.⁵⁰

Na carta, Timóteo revela o seu estado de desgosto diante do cativo. Seu suicídio não foi posto em prática num acesso de loucura, ou a partir de um impulso momentâneo. Segundo ele, havia tempo que desejava não mais existir, pois a vida lhe era aborrecida, declarando ainda que quem pudesse viver sem ter desgosto que fosse vivendo. Por essa declaração, é possível observar que, na concepção de muitas pessoas, era melhor a morte a uma vida desgraçada e sem oportunidade de ascensão social. Sua consciência e sua determinação ao suicídio revelam-

⁵⁰ Muitos escravos que saíram das províncias do Norte com destino à Corte eram jovens e nascidos no Brasil, e na sua maioria nunca tinham sofrido mudança tão brusca como era o tráfico interprovincial – no máximo eram netos ou filhos de africanos que já tinham passado pelas amarguras do tráfico transatlântico. Separados de sua gente e do lugar de origem, temiam por seu novo destino, onde teriam de enfrentar novos senhores, feitores e um ritmo de trabalho desconhecidos. Ver Chalhoub, *Visões da liberdade*, p. 58.

se também pelo método por ele empregado. Para Timóteo, atentar contra sua existência com arma de fogo era o ideal para quem pretendesse realmente morrer, alertando que aqueles que não quisessem viver não deveriam tomar nem vidro nem veneno, por serem meios falhos. Ele demonstrou forte gratidão com as pessoas que lhe ajudaram durante o cativeiro, a ponto de pedir perdão por aquela atitude. Entretanto, mostrou-se ofendido por causa de uma calúnia que teria sido feita a ele. A primeira impressão que temos ao ler a frase de Timóteo, “se faço esta declaração é para livrar que vão ao Inferno, estas almas que despertarão (*sic*) suas consciências”, é que ele estaria perdoando seus caluniadores. Todavia, como afirmou Maria Luiza Dias, as mensagens de adeus, mesmo quando em tom de perdão, procuram atribuir culpa.⁵¹

O caso de Timóteo possibilita vislumbrar o universo mental da sociedade baiana em relação à morte e ao suicídio. As noções de céu como um lugar aprazível, e inferno como um espaço de tormento faziam parte do seu universo mental, assim como a concepção de que a vida na terra era uma vida de sofrimento e amargura. Ele não temia o que poderia acontecer com sua alma por aquela decisão, pois a morte lhe traria dias melhores: “Não persuadão-se que eu fim, digo: que cometi este atentado, por temer o que se estava fazendo, pois para passar melhor, não havia de temer, as rasões são outras, pois a sepultura será sabedora, e não este infame lugar, digo, e não esta terra de vivos”. O suicídio de Timóteo nos permite pensar ainda em uma fuga para o Além, pois ele não queria realmente a morte, mais sim uma outra vida que não aquela onde sua voz não era ouvida.

Assim como o escravo urbano Timóteo, o escravo rural João demonstrou uma perfeita consciência de sua insuportável subordinação. No dia anterior a seu suicídio, João queixara-se de estar doente a seu senhor, alferes José Pereira de Souza, sendo medicado por este com duas onças de óleo de rícino. No dia seguinte, provavelmente já melhor de saúde, João saiu da senzala e se dirigiu até a casa de Antônio José Cardoso, que ficava a pouca distância. Lá chegando, preparou a linha

⁵¹ Maria Luiza Dias, “O suicida e suas mensagens de adeus”, in Roosevelt M. S. Cassorla (coord.), *Do suicídio* (Campinas, Papirus, 1991), pp. 89-106.

de pesca e aconselhou Cardoso a procurar um “pesqueiro” — local onde costuma haver muitos peixes. João retornou à senzala, onde passou a trabalhar na feitura de um cabo de roda de farinha e, às quatro horas da tarde, sabendo da saída de seu senhor, que havia ido também pescar, talvez na companhia do próprio Cardoso, dirigiu-se a sua residência, solicitou e recebeu uma xícara com um pouco de cachaça, bebeu e saiu reclamando da pouca quantidade fornecida pela cunhada do senhor. Instante depois retornou à casa do senhor, entrou, abriu o oratório, rezou de joelho e em voz baixa. Levantou-se, indo ao local onde se encontrava a espingarda, lançou mão dela e saiu pronunciando as seguintes palavras: “Deus ponha a minha alma onde quizer”. Assustada, a cunhada do alferes, vendo que João ia ao encontro de sua irmã, tentou chamar a atenção desta, que se encontrava no engenho juntamente com sua mãe e sua tia. Por causa do barulho da cachoeira e da moagem da cana, as mulheres não puderam ouvir os gritos desesperados avisando que João queria se matar. Diante de sua senhora, João, com a espingarda engatilhada, teria pronunciado a seguinte frase, cuja parte final dá título a este artigo: “Vosmicê pode hoje mandar para me vim surrar-me e fazer de mim o que quiser, por hoje se acaba a lida”. Saiu, subiu a ladeira que dava para a senzala e, vendo que era seguido por um companheiro que pretendia impedi-lo de suicidar-se, o intimidou com ameaça de morte. Temendo ser morto, o companheiro de João voltou. Neste momento, João pôs o cano da espingarda sobre o peito e, com o pé no gatilho, fez estourar a espoleta. Infelizmente para ele a arma estava descarregada. Isso não o impediu de acabar com sua vida. Foi à senzala, onde carregou a espingarda, arrancou o cabo do rodo de farinha, talvez o mesmo que tinha feito horas antes, sacou uma de suas extremidades, pôs o coice da arma de encontro à parede e a sua boca dirigida ao peito esquerdo, empurrou o gatilho com o cabo do rodo, disparou o tiro e caiu morto.

As informações colhidas pelo subdelegado mostram as relações cotidianas em que vivia João. Este tinha liberdade para transitar por outros locais, além da senzala e do engenho. Mostrava conhecimento sobre a pesca, talvez por ter de se alimentar de peixes de vez em quando ou quase sempre. Apesar de transitar livremente, as relações entre

ele e os seus senhores expressavam mais uma vez os conflitos existentes entre cativos e proprietários. É o que indica a frase atribuída a ele quando ficou frente a frente com sua senhora. Isso possibilita visualizar o suicídio escravo como um ato de resistência à, e fuga da escravidão.⁵² De forma semelhante a Timóteo, João compreendia e se nutria das concepções advindas da tradição católica de boa e má morte. Ao afirmar que Deus poderia colocar sua alma onde quisesse, João demonstrava ter conhecimento de que aquele ato que viria a praticar instantes depois era condenado pela religião, estando reservado para ele o inferno. Talvez tenha sido essa a razão pela qual, antes de matar-se, dirigiu-se ao oratório, talvez para implorar perdão antecipadamente pelo ato que em breve cometeria.

Apesar da clara visão cristã apresentada nesses dois casos, em grande medida por serem ambos mulatos, não se deve acreditar sem restrições que suas representações da vida, da morte e da liberdade fossem frutos exclusivamente da tradição católica. Tanto Timóteo quanto João podem ter mantido contato com costumes e crenças africanas. As concepções relativas à morte em algumas culturas africanas e a tradição católica não eram na verdade tão dispares. É provável que muitos escravos na Bahia se inspirassem em diversas crenças africanas em relação ao suicídio e à morte, e a tradição iorubá era uma delas. Sobre essa tradição, Reis afirmou que:

Haveria dois além-mundos ou Orun, um chamado de Orun Rere, Orun Funfun, ou Orun Baba Eni ('Bom Orun', 'Orun Branco', ou 'Orun dos Nossos Pais'); outro conhecido por Orun Buburu ou Buruku e Orun Apadi ('Orun Ruim' e 'Orun de cacos de Vasos de Barro'). A depender do merecimento, os mortos podiam ir para uma dessas regiões do além, penar em regiões específicas da terra e ainda, em alguns casos reencarnar em pessoas ou metamorfosear em animais.⁵³

⁵² Sobre formas de resistência escrava, ver João José Reis e Eduardo Silva, *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

⁵³ Reis, *A morte é uma festa*, pp. 90-91.

É interessante nessa altura explorar os principais métodos de suicídio empregados pelos escravos baianos. A tabela abaixo relaciona desfecho e método empregado:

Tabela 6
Método empregado por desfecho do ato

Desfecho	Método						Total
	Enforca- mento	Envenena- mento	Afoga- mento	Precipi- tação	Arma Branca*	Arma de Fogo	
Morte	69	34	30	9	6	7	155
	44,5%	21,9%	19,4%	5,8%	3,9%	4,5%	100%
Tentativa	5	7	9	12	15	--	48
	10,4%	14,6%	18,8%	25,0%	31,3%	--	100%
Total	74	41	39	21	21	7	203
	36,4%	20,2%	19,2%	10,3%	10,3%	3,4%	100%

Fontes: Dados coletados nos maços policiais, judiciais e em jornais localizados na BPEB e no APEB.

*Estão enquadrados como arma branca os casos de navalhada, facada e degolamento.

Em sua carta, Timóteo recomendou o uso de arma de fogo como o método mais eficaz para pôr fim à própria vida. De fato, os dados da tabela 6 indicam que todos os sete escravos da amostra que usaram este meio conseguiram seu objetivo. A partir daí, observamos escalas inversas dos métodos praticados pelos suicidas: enforcamento, envenenamento, afogamento, precipitação, arma branca para os suicidas bem-sucedidos; e arma branca, precipitação, afogamento, envenenamento, enforcamento para as tentativas malsucedidas. O enforcamento era o método mais utilizado e o segundo mais eficaz para os que buscavam a morte. Enquanto lidera entre os meios para os suicídios, fica em última colocação para as tentativas.

Um questionamento plausível é o que levava o escravo a optar por este ou aquele método. Em primeiro lugar, o objetivo no ato conta muito na escolha do meio. Para os escravos que pretendessem apenas forçar uma situação de negociação com o senhor, mostrando que ele poderia perder a sua preciosa propriedade, a opção pelas armas bran-

cas era a mais eficaz, já que 31,3% dos suicidas malsucedidos optaram por essa modalidade. A disponibilidade do instrumento utilizado é outra questão que não pode ser desprezada, pois para muitos escravos era mais fácil encontrar cordas com as quais poderiam subtrair a própria vida do que uma arma de fogo, instrumento perigosíssimo nas mãos de um escravo e por isso mais longe de seu alcance. Por outro lado, o número de casos de envenenamento supera os de afogamento, e também não era permitido ao escravo portar qualquer substância venenosa. Isso fica claro nos autos de perguntas feitos quando da ocorrência de um suicídio. Entre os diversos exemplos que poderíamos citar, está o suicídio do escravo pardo de nome Roberto, ocorrido em 1862 na vila de Geremoabo. Após retornar de Salvador com o senhor, Roberto foi repreendido por este por causa de um animal que deveria buscar. Inconformado com a bronca do senhor, que todas as testemunhas afirmaram tratar bem e estimar muito a Roberto, este resolveu ingerir veneno.

No inquérito o delegado procurou obter duas informações: se o senhor maltratava o suicida e quem havia fornecido o veneno. Estas questões foram levantadas na maioria dos documentos que tratam de suicídios de escravos por envenenamento. Os peritos responsáveis pelo auto de corpo de delito avaliaram a perda do senhor de Roberto em um conto e quinhentos mil réis.⁵⁴ A superioridade dos envenenamentos sobre os afogamentos pode também ser pensada através de um dado apontado por Karasch. Segundo a historiadora, como foi mencionado anteriormente, o suicídio por afogamento era mais comum do que o registrado, pois “os escravos que assim se matavam não eram identificados como suicidas, exceto se houvesse testemunha”, sendo que a polícia registrava apenas a quantidade de cadáveres encontrados, sem se importar em investigar as causas das mortes.⁵⁵

Entender a relação dos africanos com a morte e com os elementos da natureza pode ser um bom caminho para compreender a utilização deste ou daquele método. Isto porque eles constituíam a maioria dos

⁵⁴ APEB, Judiciário, class. 15/524/10. A pena para quem ajudasse ou fornecesse meios para que uma pessoa cometesse suicídio era estipulada pelo código criminal do Império em dois a seis anos de prisão. Ver Luiz, *Código Criminal do Império do Brasil*, p. 382-383.

⁵⁵ Karasch, *A vida dos escravos*, p. 416.

suicidas entre os escravos. A opção de um escravo pelo enforcamento em uma árvore localizada numa mata fechada podia estar ligada a razões culturais, ou então à maior disponibilidade de cordas ou materiais semelhantes no momento da decisão de matar-se, como foi assinalado anteriormente. Segundo Henry Coor, citado por William Piersen, os escravos originários da Costa do Ouro, por exemplo, optavam por se suicidar cortando a garganta, enquanto os das regiões interioranas preferiam o enforcamento. Este autor cita o caso de quatorze escravos da Jamaica que, devido a castigos cruéis, fugiram para a floresta e cortaram suas próprias gargantas.⁵⁶ Karasch afirma que alguns dos métodos que os africanos utilizavam para o suicídio estavam ligados ao desejo de retornar à África, e que

O afogamento e o enforcamento em árvores, significativos no contexto das crenças africanas, facilitariam a passagem de seus espíritos para a terra natal. Os que se afogavam talvez acreditassem que a água era a barreira (Calunga) que tinham de cruzar para chegar à África e reunir-se aos ancestrais.⁵⁷

Segundo Roger Bastide, há no candomblé a crença de que as almas dos mortos deixavam o Brasil depois do enterro para se unirem aos seus ancestrais, e que

O suicídio de negros escravos não tinha, muitas vezes, senão essa causa. É a hipótese formulada por Tschudi para explicar um fato que não deixava de espantá-lo, o grande número de suicídios nas fazendas dos ‘senhores bons’, maior do que nas dos senhores cruéis. O que para Tschudi não passava de hipótese é confirmado por D’Assier, que nos traz, sobre esse ponto, o testemunho oral dos próprios escravos: “para voltar o mais depressa à nossa terra”.⁵⁸

⁵⁶ William D. Piersen, “White Cannibals, Black Martyrs: Fear, Depression and Religious Faith as Cause of Suicide among New Slaves”, *Journal of Negro History*, nº 62 (1977), pp. 147-159.

⁵⁷ Karasch, *A vida dos escravos*, p. 418.

⁵⁸ Roger Bastide, *O candomblé da Bahia: rito nagô*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p. 73.

Para José Olímpio Goulart, o suicídio escravo também se explica pelo desejo de retorno.⁵⁹ No relatório policial apresentado à Presidência da Província em 1850, quando do suicídio por enforcamento do africano Otelo, encontramos a clara visão do retorno. Segundo seu senhor, tal suicídio se justificava devido “a superstição muito usual que si apodera de tais indivíduos, de que morrendo, vão viver em seu País”. Tal justificativa pode ter sido utilizada pelo senhor para encobrir prováveis castigos e maus-tratos ao referido escravo. Todavia a própria explicação dada já é bastante significativa, pois mostra que tal concepção também era corrente na Bahia.⁶⁰ Por outro lado, acreditamos que, como bem afirmou Eduardo Silva, a idéia de suicídio escravo como uma espécie de fuga e retorno à África tendeu a ser muitas vezes exagerada.⁶¹

Se as fontes fornecessem informações referentes às nações dos suicidas, poder-se-ia enriquecer a análise. Na impossibilidade de classificar os escravos suicidas pelas nações às quais pertenciam — em apenas um caso a documentação fornece tal informação — optei por classificá-los simplesmente como de origem africana, para aqueles provenientes da África; brasileira para os crioulos, pardos e cabras; e em relação àqueles para os quais os documentos não fornecem a procedência, ou apenas indicam como de cor preta,⁶² optei por incluí-los na variável “Indeterminada”. Dessa forma obtive os seguintes números:

Podemos inferir da tabela 7-A que os africanos representavam a maioria dos escravos suicidas para a província da Bahia durante a segunda metade do século XIX. Os anos de 1850-59 são extremamente representativos para a análise, pois, dos 97 africanos suicidas, 65 atentaram contra a própria vida, além de constituírem 65,6% de todos os escravos suicidas nesse período. Acredito na possibilidade de que, entre os 29 escravos designados apenas como pretos, e classificados entre os não-identificados, possa ter havido escravos africanos, alguns encontrados em adiantado estado de putrefação, o que prejudicou a sua identifi-

⁵⁹ Goulart, *Da fuga ao suicídio*, pp. 123-130.

⁶⁰ APEB, Colonial e Provincial, *Relatório para o Presidente da Província*, maço 5689.

⁶¹ Reis e Silva, *Negociação e conflito*, p. 62.

⁶² Na primeira metade do século XIX, preto era sinônimo de africano, mas o mesmo não pode ser inferido para o período posterior. Mesmo assim, é provável que a maioria destes fosse africana.

Tabela 7-A
Origem dos suicidas por década

Origem	Década				Total
	1850-59	1860-69	1870-79	1880-88*	
	65	27	5	--	97
Africana	67,0%	27,8%	5,2%	--	100%
	17	31	12	1	61
Brasileira	27,9%	50,8%	19,7%	1,6%	100%
	17	25	8	3	53
Indeterminada	32,1%	47,2%	15,1%	5,7%	100%
	99	83	25	4	211
Total	46,9%	39,3%	11,9%	1,9%	100%

Fontes: Dados coletados nos maços policiais, judiciais e em jornais localizados na BPEB e no APEB.

* Este marco foi tomado para possibilitar a análise e a comparação entre escravos, livres e libertos.

Tabela 7-B
Origem dos suicidas por década

Origem	Década				Total
	1850-59	1860-69	1870-79	1880-88*	
	65	27	5	--	97
Africana	65,6%	32,5%	20%	--	46%
	17	31	12	1	61
Brasileira	17,2%	37,3%	48%	25%	29%
	17	25	8	3	53
Indeterminada	17,2%	30,1%	32%	75%	25%
	99	83	25	4	211
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fontes: Dados coletados nos maços policiais, judiciais e em jornais localizados na BPEB e no APEB.

* Este marco foi tomado para possibilitar a análise e a comparação entre escravos, livres e libertos.

cação. A alta proporção dos africanos para os anos de 1850-59 explica-se pela grande quantidade de escravos oriundos da África ainda neste período. Barickman afirma que os africanos representavam mais da metade dos escravos baianos para o decênio de 1850. Duas décadas depois eles não chegavam a 20% do total.⁶³ Esses dados são compatíveis com os das tabelas acima.

Os dados sobre a origem dos escravos suicidas nos levam a refletir sobre alguns pontos. Em primeiro lugar acredito que, mesmo havendo certa comunhão cultural entre crioulos e africanos no tocante às crenças em relação à morte, a visão do suicídio como retorno é possível sobretudo para os últimos. Os escravos nascidos no Brasil estavam mais expostos às concepções católicas que condenavam veementemente tal prática, e muitos escravos tinham consciência disso, como demonstrado nos suicídios de Timóteo e João.⁶⁴ É importante ressaltar que em certas culturas africanas o suicídio era tão condenado quanto na judaico-cristã. Erwin Stengel informa que em alguns grupos africanos da Nigéria, Uganda e Quênia as atitudes diante do suicídio assemelham-se às práticas adotadas nas sociedades ocidentais na Idade Média. Interdições e rituais religiosos especiais eram empregados para punir e/ou evitar que o morto interferisse no cotidiano dos vivos.⁶⁵

Vimos que, na segunda metade do século XIX, a maior parcela dos escravos africanos que chegaram à Bahia era originária da costa ocidental, sendo que a maioria destes aqui formou a nação nagô, de falantes da língua iorubá. Juana Elbein dos Santos informa que a morte, para os indivíduos desse grupo, não significava absolutamente a extinção.

⁶³ Barickman, “Até a véspera”, p. 198.

⁶⁴ As punições para aqueles que cometessem suicídio têm origem na Idade Média e muitas foram determinadas em concílios. Sobre isso ver Minois, *História do suicídio*, pp. 35-57. Conferir também A. Alvarez, *O deus selvagem: um estudo do suicídio*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999, pp. 80-82. Com relação ao Brasil, essas sanções foram assinaladas pelo arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide, ainda no início do século XVIII, no Livro Quarto de suas *Constituições do Arcebispado da Bahia*. Neste, as sepulturas eclesiásticas estavam vetadas aos blasfemos, infiéis, judeus, hereges, cismáticos e aqueles que “estando em seu juízo perfeito por desesperação, ou ira voluntariamente se mataram, ou mandaram matar, morrendo também sem signaes de arrependimento.” Sebastião Monteiro da Vide, *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*, São Paulo, Typographia 2 de Dezembro, 1853, pp. 287-303.

⁶⁵ Erwin Stengel, *Suicídio e tentativa de suicídio*, Lisboa, Dom Quixote, 1980, pp. 63-64.

Morrer significava mudar de um estado para o outro, do *Àiyé* (mundo natural) para o *Òrun* (espaço sobrenatural, imenso, infinito e distante). Tinha direito a essa passagem aquele que morresse cumprindo o seu destino, tendo sido celebrados os rituais fúnebres adequados, transformando-se assim em um ancestral. A morte prematura rompia com o percurso natural da vida, impedindo que o indivíduo realizasse seu destino, por isso era considerada anormal para o nagô.⁶⁶ O suicídio estava enquadrado nesta categoria de morte.

Isso fica mais claro no artigo de Isola Olomala.⁶⁷ Segundo ele a morte para os iorubás era tradicionalmente classificada em natural e não-natural. Aqueles que morriam de morte natural, principalmente na velhice, recebiam as cerimônias rituais adequadas. Mas, as cerimônias fúnebres completas eram negadas a todos que tinham morte não-natural. Seus cadáveres eram geralmente jogados nos bosques, onde apodreciam ou eram comidos por animais. Além dos suicidas, estavam incluídas nessa categoria mulheres que morressem no parto, gêmeos, corcundas e as vítimas de afogamento e raios. Não obstante, Olomala classifica os suicídios praticados pelos iorubás em dois grupos, os pessoais, que eram proibidos, e os convencionais, aqueles realizados em prol e sob a autorização da comunidade, e que consiste naquilo que Durkheim chamou de “suicídio altruísta”.⁶⁸ Os suicídios pessoais eram praticados por aqueles que desejavam escapar de situações insuportáveis, angustiadas e vergonhosas diante da comunidade. Já os convencionais ocorriam em três situações: aqueles que concordavam em ser vítimas de sacrifícios (sendo mortos ou matando-se); os que queriam provar sua lealdade a um chefe; e alguns assassinos.⁶⁹

O cruzamento da variável origem dos suicidas com métodos empregados pode fortalecer algumas das hipóteses mencionadas e fornecer outras informações:

⁶⁶ Juana Elbein dos Santos, *Os nagô e a morte: pàdê, àsèsè e o culto égun na Bahia*, Petrópolis, Vozes, 1986, pp. 221-222.

⁶⁷ Isola Olomala, “Suicide in Yoruba Culture”, *Revista de Estudos Africanos da USP*, nº 10 (1997), pp. 52-82.

⁶⁸ Émile Durkheim, *O suicídio, estudo de sociologia*, São Paulo, Martins Fontes, 2000, pp. 269-302.

⁶⁹ Olomala, “Suicide in Yoruba Culture”, p. 59.

Tabela 8
Método empregado por origem

Origem	Método						Total
	Enforca- mento	Envenena- mento	Afoga- mento	Precipi- tação	Arma Branca*	Arma de Fogo	
Africana	42	4	27	12	9	2	96
	43,70%	4,20%	28,10%	12,50%	9,40%	2,10%	100%
Brasileira	13	26	5	6	6	3	59
	22%	44%	8,50%	10,20%	10,20%	5,10%	100%
Indeterminad a	19	11	8	3	6	2	49
	38,60%	22,60%	16,10%	6,10%	12,20%	4%	100%
Total	74	41	40	21	21	7	204
	36,30%	20,1	19,60%	10,30%	10,30%	3,40%	100%

Fontes: Dados coletados nos maços policiais, judiciais e em jornais localizados na BPEB e no APEB.

* Estão enquadrados como arma branca os casos de navalhada, facada e degolamento.

O envenenamento foi mais utilizado pelos brasileiros, com 44%. Apesar de proibida a posse de qualquer substância venenosa por parte do escravo, parece ter sido mais fácil para os brasileiros adquirir venenos, não somente pela maior mobilidade que possuíam numa sociedade que conheciam melhor, mas também pela menor vigilância das autoridades policiais sobre esse grupo escravo. O fato de africanos terem participado de inúmeras revoltas na primeira metade do século e de serem acusados de hábeis manipuladores de venenos, fazia com que os olhos públicos e privados se voltassem mais para eles do que para seu pares crioulos.⁷⁰ Já na leitura dos métodos por origem, observamos que o enforcamento e o afogamento, práticas que segundo Karasch estavam ligadas a concepções culturais africanas, principalmente ao retorno à África, foram justamente os meios mais empregados pelos escravos estrangeiros, com 43,7% e 28,1%, respectivamente.

O fator integração pode ser mais uma explicação para o suicídio de alguns escravos africanos. Isso era uma questão central para os

⁷⁰ Sobre utilização de substâncias venenosas por parte de escravo, ver Roger Costa da Silva, “Químicas ardilosas: os venefícios escravos”, *Histórica*, nº 5 (2001), pp. 255-266.

escravos recém-chegados ao Brasil que, jogados em terra estranha, necessitavam do auxílio dos novos companheiros de cativeiro, o que poderia não acontecer caso esses pertencessem a grupos rivais nos conflitos étnicos na África. Para Piersen, os africanos transferidos para o Novo Mundo teriam mais chances de suportar as adversidades quando embarcados com seus familiares. Provavelmente, os mais jovens e as mulheres se recuperariam mais rápido da depressão.⁷¹ Infelizmente, em relação a uma suposta maior facilidade de adaptação dos jovens, nossos dados não nos permitem formular maiores conjecturas, visto que em apenas nove dos 97 africanos tiveram a idade informada, todos acima dos trinta anos.

Os dados possibilitam tecer alguns comentários a respeito da relação entre gênero e suicídio. As escravas se matavam menos que os escravos, como se verifica na tabela 5-B, onde elas representam apenas 20,7%. A primeira explicação para esta diferença está na superioridade numérica masculina, em função da predileção do tráfico negreiro pelos homens. Outra explicação seria a maior pressão exercida sobre eles no cativeiro. Por diversas razões, as escravas conseguiam mais facilmente a liberdade que seus companheiros. Não obstante, as mulheres também se suicidavam. O fato de ser mãe e não querer o mesmo destino de humilhação e cativeiro para seus filhos pode ter pesado na decisão de algumas escravas de tentar o suicídio. Este foi o caso da preta de Santo Amaro que matou os cinco filhos; de Camila, que tentou afogar-se com seu filho de colo; e mais claramente da parda Joaquina que, grávida, cometeu suicídio por enforcamento na freguesia de Santo Antônio, em 1853, e segundo as averiguações, reconheceu-se que a “infeliz tinha horror ao cativeiro, e dizia não querer aumentar o numero dos escravos produzindo-os”.⁷² Por outro lado, filhos e família podem ter servido como mecanismo de proteção contra o suicídio, diminuindo a proporção de escravas entre os que cometiam esse ato.

Das 44 escravas que cometeram ou tentaram suicídio, sabemos dos motivos de dezoito: sete agiram por reação a castigos, seis por cap-

⁷¹ Piersen, “White Cannibals, Black Martyrs”, pp. 147-159.

⁷² APEB, Colonial e Provincial, *Relatório para o presidente da província*, maço 5689.

tura, quatro por alienação e apenas uma por venda. Podemos, então, supor que as escravas podiam sentir a força dos açoites e dos ferros tanto quanto os escravos. A tabela 9 nos permite ainda perceber que, se para os suicidas do sexo masculino os livres representam a maioria, com quase 50%, a proporção de mulheres livres suicidas diminui bastante para 32,5%. Entre os homens suicidas, aqueles que experimentaram a escravidão (cativos e libertos) representam 50,4%; a proporção correspondente entre as mulheres sobe para 67,5%. Aqui, porém, há de se insistir nas ressalvas feitas no início do texto, quando levantamos a possibilidade de alguns casos de suicídios terem sido ocultados. Essa dúvida ainda é mais forte nos casos das mulheres livres, principalmente aquelas pertencentes às famílias da elite baiana, pois parece mais fácil esconder mortes por suicídio nesse setor social, em que cuidados médicos geralmente ficavam a cargo de médicos particulares de confiança, e os episódios tendiam a ocorrer no âmbito domiciliar, do que entre as escravas, que geralmente eram examinadas por médicos chamados pela força policial.

Das 44 escravas suicidas, dezenove (43,2%) eram brasileiras, dezessete (38,6%) africanas e oito (18,2%) não tiveram sua origem determinada. Já para os 167 escravos, os africanos, com oitenta (47,9%), aparecem como as maiores vítimas, seguidas pelos indeterminados com 45 (27%) e pelos brasileiros com 42 (25,1%).⁷³ Observando apenas os africanos, 82,5% eram homens. Assim, confirma-se a opinião de Piersen de que nesse grupo as mulheres se matavam menos que os homens.⁷⁴ Todavia, mais uma vez temos que chamar atenção para a desproporção entre os sexos. Novamente recorro a Andrade, que estimou que no século XIX, entre os escravos africanos, os do sexo masculino representavam 61.%. Ou seja, os homens aparecem sobre-representados em mais de 20% entre os suicidas nascidos na África.⁷⁵

Aparentemente, os métodos utilizados por escravos e escravas variaram pouco. É o que podemos ver na tabela 10. Os meios mais

⁷³ Aqui optei por apenas revelar os números dos dados ao invés de construir uma tabela específica.

⁷⁴ Piersen, "White Cannibals, Black Martyrs", pp. 147-59.

⁷⁵ Andrade, *A mão-de-obra escrava*, pp. 195-198.

Tabela 9
Sexo por condição social do suicida

Sexo	Condição Social			Total
	Escravo	Liberto	Livre	
Masculino	167	20	184	371
	45%	5,4%	49,6%	100%
Feminino	44	10	26	80
	55%	12,5	32,5	100%

Fontes: Dados coletados nos maços policiais, judiciais e em jornais localizados na BPEB e no APEB.

utilizados pelas escravas foram envenenamento e afogamento, ambos com 27,3%, seguidos pelo enforcamento e pela precipitação, 22,7% e 20,5% respectivamente. Podemos perceber maior homogeneidade entre os métodos escolhidos pelas escravas, enquanto para os escravos o enforcamento representa 40% do total. Em compensação, todos os sete casos de morte por arma de fogo foram praticados por escravos. Tomando por base o método em si, verificamos que a menor diferença percentual ocorreu entre os casos de precipitação, doze para os homens e nove para as mulheres.

Não podia encerrar este trabalho sem tecer alguns comentários sobre os casos de suicídio praticados pelos libertos. Apesar de estar cien-

Tabela 10
Método por sexo do suicida

Sexo	Método						Total
	Enforca- mento	Envenena- mento	Afoga- mento	Precipi- tação	Arma Branca*	Arma de Fogo	
Masculino	64	29	28	12	20	7	160
	40%	18,1%	17,5%	7,5%	12,5%	4,4%	100%
Feminino	10	12	12	9	1	--	44
	22,7%	27,3%	27,3%	20,5%	2,3%	--	100%
Total	74	41	40	21	21	7	204
	36,3	20,1	19,6	10,3	10,3	3,4	100%

Fontes: Dados coletados nos maços policiais, judiciais e em jornais localizados na BPEB e no APEB.

* Estão enquadrados como arma branca os casos de navalhada, facada e degolamento.

te da complexidade da sociedade provincial baiana, compreendo que a situação de liberdade para os ex-escravos muitas vezes não passava de uma condição nominal. Muitos escravos eram alforriados com condições, situando-se numa posição intermediária entre o cativo e a liberdade. Mesmo depois de liberto, muitos continuavam na mesma atividade que exerciam quando escravos.⁷⁶ Todos os casos de suicídio de libertos foram registrados em Salvador (93,3%) e no Recôncavo (6,6%). Em Salvador, como em outros centros urbanos, os escravos tinham maiores possibilidades de ascensão e de alforria pelas oportunidades de ocupação em muitos setores das atividades urbanas, podendo assim juntar algum pecúlio.

A liberdade não significava necessariamente uma melhor condição material de vida para libertos que teriam que sobreviver disputando o competitivo mercado de trabalho com seus ex-companheiros. É entre os libertos que observamos a menor diferença nos números de suicídios entre homens e mulheres, como podemos verificar na tabela 8, onde os registros para o sexo feminino representam metade do masculino, dez e vinte respectivamente. Essa diferença numérica menos acentuada reflete, ao que tudo indica, o fato de que, proporcionalmente, as escravas conseguiam libertar-se mais facilmente que os escravos. Algumas categorias eram mais favorecidas que outras quanto à concessão da liberdade. Os crioulos conseguiam a alforria mais facilmente do que os africanos, assim como as mulheres em relação aos homens e os escravos que foram criados desde criança com o senhor em relação aos adquiridos já adultos.⁷⁷

Em treze casos foi possível saber os motivos para o suicídio de libertos. Em dez deles (76,9%) a alienação aparece como a principal justificativa. Doença, prisão e “motivo particular” foram as outras razões assinaladas, com um caso cada. Parece estranha a presença de um liberto na variável captura. Na verdade, trata-se de uma suspeita de fuga ocorrida em 1870 no termo de Abadia. Ao entrar nesta vila no dia 19 de janeiro, todo sujo e maltrapilho, um indivíduo por nome Manoel foi

⁷⁶ Sobre condições de vida dos libertos, ver Mattoso, *Ser escravo*, pp. 199-218; e Oliveira, “Viver e morrer”, pp. 174-193. Ainda desta autora, ver *O liberto: o seu mundo e os outros*, São Paulo/Brasília, Corrupio/CNPq, 1988, p. 32.

⁷⁷ Lúcia Bellini, “Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria”, in João José Reis (org.), *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil* (São Paulo, Editora Brasiliense, 1988), pp. 73-86.

conduzido à delegacia onde pediu ao delegado algum serviço para poder se alimentar. Às sete horas da noite do mesmo dia, apareceu na delegacia o trabalhador José Pereira de Freitas informando ao delegado que Manoel era cativo, que o conhecia, assim como a seu senhor. Manoel foi conduzido à cela e o delegado tratou logo de averiguar a denúncia, solicitando que os soldados fossem buscar o senhor do referido escravo. No dia dois de fevereiro outra denúncia de que era cativo complicou ainda mais a vida de Manoel. Dessa vez a denúncia partira do cidadão Manoel Fernandez, que informou ao delegado conhecer o preso desde sua mocidade e ser ele escravo da família do finado Capitão Barreto, morador na Fazenda Grande, termo do Itapicuru de Cima. Desesperado por ver sua liberdade ameaçada, Manoel tentou por três vezes cometer suicídio, as duas primeiras por enforcamento – com uma corda e o cordão com que amarrava a calça – sendo socorrido pelos soldados em ambas, e a terceira vez com uma pedra de peso que pesava duas libras e meia, a qual batia contra o peito. Somente no dia 23, com a presença de uma terceira testemunha de nome Narciso, cidadão que gozava de grande confiança e estima e que garantiu conhecer o preso há oito anos e o ter como forro, foi possível ao delegado comprovar que Manoel era realmente liberto, sendo este imediatamente solto.⁷⁸

Com 26 registros, os libertos de origem africana foram os que mais praticaram e/ou tentaram suicídio, seguidos pelos três casos em que não foi possível determinar a origem. Se levarmos em conta que dois desses casos registrados apenas como pretos poderiam ter sido africanos, o percentual de suicídio de libertos dessa origem cresceria para 93,3%. Pensamos que, para estes casos, a falta de integração social e talvez a solidão podem também justificar as mortes, questões que se agravavam com a velhice, visto que, dos oito libertos que tiveram a idade declarada, todos tinham mais de cinquenta anos, e sete eram africanos. Esse foi o caso do liberto José, maior de setenta anos, que em 30 de março de 1851 enforcou-se num quarto da casa do major João Pereira d'Araujo França, seu falecido senhor.⁷⁹ O único caso de liberto de

⁷⁸ APEB, Colonial e Provincial, *Correspondência recebida de delegados*, maço 6206.

⁷⁹ APEB, Colonial e Provincial, *Polícia (assunto)*, maço 3116.

Tabela 11
Método por origem entre os libertos

Origem	Método						Total
	Enforca- mento	Envenena- mento	Afoga- mento	Precipi- tação	Arma Branca*	Ingestão de Vidro	
Africana	6	3	5	4	8	--	26
	85,7%	75%	83,3%	100%	100%	--	86,6%
Brasileira	--	--	--	--	--	1	1
	--	--	--	--	--	100%	3,3%
Indetermi- nada	1	1	1	--	--	--	3
	14,3%	25%	16,7%	--	--	--	10%
Total	7	4	6	4	8	1	30
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fontes: Dados coletados nos maços policiais, judiciais e em jornais localizados na BPEB e no APEB.

* Estão enquadrados como arma branca os casos de navalhada, facada e degolamento.

origem brasileira registrado é também o único de ingestão de vidro. Trata-se da tentativa de suicídio da crioula Maria Benta, ocorrida na freguesia da Sé em 1851. A liberta não quis declarar o motivo que a levava a tentar contra a sua vida.⁸⁰

As histórias contadas mostram que o suicídio não pode ser analisado levando-se em conta apenas as estatísticas de relatórios presidenciais das províncias, muito menos os números retirados de livros de entrada de pacientes nos hospitais e relatos de viajantes europeus.⁸¹ Não que estes não sejam importantes, mas devem ser contrapostos com outros dados colhidos dos maços policiais, depoimentos das vítimas ou dos seus parentes e vizinhos. É neste tipo de documentação que os escravos mais aparecem, expressando suas dores, seus desejos e necessidades, mesmo que para isso tivessem que utilizar gestos violentos e extremados, ou a “voz” e a “escrita” dos dominadores. Seus atos suicidas foram mais que expressões e mecanismos de desespero, mas formas de negociar melhores condições, de resistir às condições de cativeiro ou libertar-se dele, abandonando definitivamente esta “terra de vivos”, como afirmou Timóteo.

⁸⁰ APEB, Colonial e Provincial, *Polícia (assunto)*, maço 3131.

⁸¹ Ver Karasch, *A vida dos escravos*, pp. 415-420; Venâncio, “A última fuga”, pp. 80-89; e Goulart, *Da fuga ao suicídio*, pp. 123-130.